

VALES DA PROMISSÃO: imagens dos sertões nos Perímetros Irrigados da ditadura civil-militar brasileira

Promission Valleys: images of the backlands in the Irrigated Perimeters of the Brazilian civil-military dictatorship

Francisco Leandro Duarte Pinheiro⁴³

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a propaganda oficial produzida pelos órgãos federais responsáveis pelas políticas de irrigação no Nordeste brasileiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985). As décadas de 1960 e, sobretudo, de 1970 foram marcadas por uma série de intervenções públicas que transformaram a imagem dos sertões nordestinos. Entre essas iniciativas, destacam-se os Perímetros Irrigados, áreas delimitadas pelo Estado para a implantação de projetos de irrigação nos vales úmidos, visando, especialmente, ao aumento da produção local. Este estudo analisa a representação espacial promovida pela propaganda oficial, tomando como exemplo as revistas *Sudene Informa* e *Interior*, nas quais os vales úmidos são apresentados como “terras de promissão”.

Palavras-Chave: Perímetros Irrigados, desenvolvimento regional, vales úmidos, sertões.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the official propaganda produced by the federal agencies responsible for irrigation policies in the Brazilian Northeast during the civil-military dictatorship (1964-1985). The 1960s and, especially, the 1970s were marked by a series of interventions that transformed the image of the Northeastern backlands. Among these initiatives, the Irrigated Perimeters stand out, areas delimited by the State for the implementation of irrigation projects in the humid valleys, aiming at increasing local production. This study analyzes the spatial representation promoted by the official propaganda, taking as an example the magazines *Sudene Informa* and *Interior*, in which the humid valleys are presented as “promised lands”.

Keywords: Irrigated Perimeters, regional development, humid valleys, backlands.

⁴³ Mestre em História e Espaço pelo PPGH-UFRN (2016) e doutorando pelo mesmo programa. Professor do Instituto Federal de Educação Tecnológica do RN no campus Nova Cruz. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9845195476835619>. Email: leandro.dpinheiro@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) implementou uma série de medidas voltadas para a modernização dos sertões nordestinos. Entre as principais iniciativas modernizadoras, destacam-se os Perímetros Públicos Irrigados, áreas delimitadas e administradas pelo Estado para viabilizar a irrigação e o consequente aumento da produção agrícola, especialmente nos vales úmidos. Os discursos oficiais mobilizaram esses projetos para corroborar a ideia de um “Novo Nordeste”, apresentando-os como sinais de um novo tempo. O que identificamos nas fontes é a reprodução de uma determinada imaginação espacial que, ao reduzir a diversidade dos sertões – tanto no campo das produções simbólicas quanto no domínio propriamente morfoclimático – aos termos de uma visão estereotipada, se presta autenticar medidas concretas de intervenção estatal sobre o território, de sorte que as produções simbólicas acabam por servir aos projetos de poder.

Esses discursos foram especialmente prolíficos durante a execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), implementados entre as décadas de 1970 e 1980 pelos governos militares. Nesse período, vários Perímetros Irrigados foram projetados, e alguns, efetivamente executados, tornando-se objeto de uma campanha de divulgação que tinha como horizonte a edificação de uma região desenvolvida, em sintonia com os ritmos da economia do Centro-Sul do Brasil. Os órgãos de Estado diretamente envolvidos no planejamento e execução das políticas de desenvolvimento regional foram o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), sucedida, em 1974, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (Codevasf), e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), todos subordinados, desde a reforma administrativa de 1967, ao Ministério do Interior (Minter).

Entretanto, importa registrar que a irrigação, enquanto intervenção pública, não foi uma inovação dos governos militares. Com efeito, ao longo de todo o século XX, o Estado brasileiro empreendeu uma série de políticas de combate às secas nas regiões semiáridas do país, chegando a instituir, em 1909, um órgão especificamente dedicado à questão: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), que, em 1919, foi transformada na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) e, em 1945, no Dnocs.⁴⁴ A atenção conferida ao problema das estiagens foi tão significativa no debate nacional que contribuiu para a conformação da própria ideia de Nordeste como região (Albuquerque Júnior, 2011).

Nesse quadro, em que a seca era vista como um problema ao qual o Estado deveria conferir atenção, os indivíduos que se dedicaram a pensar e a escrever sobre o tema — fossem eles políticos ou intelectuais — anunciam, desde o início do século, a irrigação (especialmente a irrigação dos vales úmidos) como uma medida estratégica para minimizar os danos associados à irregularidade climática.⁴⁵ Até meados do século, entretanto, embora muitos açudes tenham sido construídos pela Ifocs/Dnocs com esse objetivo, a irrigação não se consubstanciou em projetos realmente significativos, capazes de produzir uma alteração concreta dos padrões produtivos.⁴⁶ Na segunda metade do século ocorreu uma inflexão importante nesse sentido.

Nos anos 1950, o desenvolvimento econômico se tornou tema de importantes discussões internacionais, inspirando, de resto, o debate intelectual no Brasil (Bielschowsky, 2000). Com a constituição e consolidação de uma lógica

⁴⁴ A literatura sobre o tema é abundante. A *Coleção Mossoroense* forma um acervo rico de testemunhos elaborados ao longo do século XX, e muitas das suas publicações encontram-se disponíveis para download na internet. Para um contato com problemáticas mais recentes em torno do combate às secas, ver: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. (Org.). *Contra as Secas: Técnica, Natureza e Território*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

⁴⁵ Exemplo eloquente disso é o clássico de Felipe Guerra, publicado originalmente em 1909: GUERRA, Felipe; GUERRA, Theophilo. *Seccas contra a secca*. Natal, RN: EDUFRN, 2018.

⁴⁶ Sobre a açudagem no século XX, conferir: MOLLE, François. *Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*. Coleção Mossoroense, série C, vol. DCLIII, 1991.

desenvolvimentista que se materializava em programas estatais e na criação de órgãos como a Sudene, os debates regionais ganharam novas feições. No caso do Nordeste, se até então as intervenções públicas concentravam-se nas obras de combate às secas, a partir da criação da Sudene, o foco passou a ser o planejamento do desenvolvimento regional. Isso não significa que o combate às secas tenha se retirado do horizonte de intervenções do Dnocs – mas agora os sujeitos responsáveis pelas políticas regionais consideravam esta abordagem ineficiente, devendo a seca ser entendida apenas como parte de um problema muito mais complexo (Oliveira, 2008).

Mas foi a partir da década de 1960, especialmente após o golpe civil-militar de 1964, que as políticas de irrigação no Brasil, e particularmente no Nordeste, passaram por uma transformação significativa. O Estado autoritário brasileiro incentivou fortemente a modernização agrícola, inaugurando uma abordagem sistemática para a execução de uma política nacional de irrigação que impactaria diretamente a questão regional (Bursztyn, 1997).

Ao lado da chamada “solução hídrica”, baseada na construção de barragens, o Estado promoveu a criação de polos agroindustriais, muitos deles especializados em fruticultura irrigada, como estratégia de desenvolvimento regional. Se os problemas nordestinos não decorriam essencialmente da seca, mas do subdesenvolvimento, a irrigação se tornava uma opção incontornável, devido à centralidade da agricultura para o desenvolvimento econômico: quer pela necessidade de liberação de mão de obra para a indústria, quer pela demanda de abastecimento alimentar dos centros urbanos ou mesmo pelo valor das próprias exportações agrícolas (Delgado, 2001). Foi a partir dessa lógica que o Dnocs implantou diversos Perímetros Irrigados nos vales úmidos do Nordeste brasileiro.

De outro lado, também devemos lembrar que este foi um período no qual a publicidade oficial se constituiu em forte instrumento de legitimação do poder e

de difusão de um sentimento geral de otimismo quanto ao progresso, de crença na transformação do Brasil em “grande potência” (Fico, 1997). Como dizia a campanha do Governo Federal na semana da pátria de 1970, “ninguém mais segura esse país” (Cordeiro, 2015)! O pacto de poder durante o governo ditatorial não se assentava apenas na repressão, mas também na divulgação de uma agenda positiva que explorava o ideário de uma gestão eficiente, capaz de proporcionar crescimento econômico e de modernizar o país.

Esse sentimento difuso de otimismo se verifica na maneira como os órgãos governamentais de política regional anunciaram os seus projetos, apresentados como evidência concreta da alvorada de um “Novo Nordeste”. Tendência que é perceptível, por exemplo, nos textos da *Revista Interior*, publicada pelo Minter com o objetivo de divulgar as ações desenvolvidas pelas instâncias subordinadas à pasta, e da *Sudene Informa*, periódico da Sudene que, embora criado em 1962, passou a ser publicado regularmente (mensal ou bimestralmente, a depender da época) a partir de 1965. Em ambos os periódicos, os Perímetros Irrigados foram apresentados como instrumentos poderosos do desenvolvimento regional, como expressões visíveis da modernização dos sertões. A partir de agora, analisaremos esses discursos, buscando compreender como eles construíram uma imagem dos vales úmidos do Nordeste brasileiro.

OS VALES DA PROMISSÃO E O “NOVO NORDESTE”

A revista *Sudene Informa* foi criada em 1962 como órgão quinzenal de divulgação das ações da superintendência. Surgiu, portanto, antes da instauração do regime ditatorial. Embora tenha sido pensada como uma espécie de boletim quinzenal, sua circulação foi inconstante até 1965. Foi apenas a partir desse ano que ela passou a ser produzida e distribuída regularmente, com o objetivo de dar publicidade às ações desenvolvimentistas que o Governo Federal, por meio da Sudene, realizava no Nordeste. Na apresentação da edição de novembro de 1965,

lemos: “*Sudene Informa* volta à circulação, após longo período de ausência, e retoma a sua missão de acompanhar o esforço desenvolvimentista que se processa no Nordeste brasileiro”.⁴⁷

Portanto, essa fase da revista inscreve-se plenamente na lógica de divulgação de uma agenda positiva dos governos militares, que, no que diz respeito à questão regional, pretendiam transmitir a ideia de que um novo tempo se abria para o Nordeste. Outro trecho da apresentação o confirma: “pretende êste boletim mensal da Sudene contribuir para a arregimentação crescente de vontades e propósitos em benefício do progresso regional”.⁴⁸ Tratava-se não apenas de testemunhar um esforço modernizador, mas de utilizar a divulgação como forma de convencimento.

Antes da apresentação dessa edição de 1965, a revista traz o recorte de um discurso do então superintendente João Gonçalves de Souza. No trecho escolhido para marcar abertura da nova fase do periódico, lemos nas palavras do superintendente que “o Novo Nordeste não é mera imagem criada pela publicidade. Ele existe, no despertar das lideranças e das comunidades, nos fios de energia elétrica que se estendem diariamente, nas estradas que se constroem (...).”⁴⁹ Se o “Novo Nordeste” se evidenciava em medidas modernizadoras concretas, cabia à revista apenas revelar tais intervenções, servindo como testemunha das transformações que se processavam na realidade direta, como atesta outro trecho da apresentação, que declara: “a informação, atual e exata, é elemento essencial nesse processo de aglutinação de forças”. A mera reprodução da realidade cumpriria, pretendamente, o papel de convencer o leitor da emergência de um novo momento. Essa edição, em especial, dedicou-se a divulgar, com evidente entusiasmo, o III Plano Diretor da Sudene, a ser

⁴⁷ ÁGUA para um Novo Nordeste. *Sudene Informa*. Recife, v. 3, n. 1, nov. 1965, p. 03.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ *Ibid.* p. 02.

implementado entre os anos de 1966 e 1969, apresentando-o como um documento inovador para a questão regional, o marco de uma nova história.

Outro órgão regular de imprensa vinculado a uma instituição governamental com atuação direta sobre o Nordeste foi a *Revista Interior*. Subordinada ao Minter, essa revista foi criada em 1974, no primeiro ano de governo do general Geisel, e circulou até 1989, mantendo, durante esse recorte, uma periodicidade de publicação bimestral. Sua criação coincide com a crise que caracterizou o fim do ciclo de crescimento econômico conhecido como “milagre econômico” – período de expansão acelerada no Brasil entre 1968 e 1973 –, e pode ser entendida como uma resposta à necessidade de investimento na imagem pública do regime ditatorial, que vinha se desgastando, ao lado de outras medidas, como a criação da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência.

O conjunto de publicações da *Interior* compõe uma dizibilidade e uma visibilidade da espacialidade que constitui o campo de atuação do ministério: o interior do Brasil, o sertão, as regiões pretensamente vazias ou escassamente povoadas do território nacional (Iorio, 2012). Ao mesmo tempo em que reforçava um estereótipo espacial calcado na ideia do atraso, as narrativas visavam transmitir ao público leitor a perspectiva de uma transformação modernizadora que o governo federal materializava em grandes obras de engenharia.

Nesse artigo, não realizaremos uma análise pormenorizada das revistas, distinguindo, por exemplo, a composição de sua redação, suas diferentes fases ou a variação na tiragem ao longo do tempo. A proposta é selecionar, das diversas matérias que abordaram a irrigação no Nordeste, aquelas que nos permitem compreender como os Perímetros Irrigados, instalados nos vales úmidos dos sertões nordestinos, foram apresentados como instrumento da modernização agrícola capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, e de que modo essa produção contribuiu para a constituição de uma determinada imagem

espacial. Os vales úmidos, ao serem dotados de projetos públicos de irrigação, se convertiam, na propaganda oficial, em terras da promessa que testemunhavam a emergência do “Novo Nordeste”. Vejamos alguns exemplos dessa construção, que, embora possa ser identificada já nos anos 1960, ganha mais força nos anos 1970, no contexto da publicação e execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), dentro dos quais a irrigação recebeu certo realce.

Da *Sudene Informa*, consideremos uma edição consagrada à irrigação. Se em outras edições a irrigação e os vales úmidos foram mencionados para dar evidência a um ou outro projeto, a de janeiro-março de 1975 dedicou todas as suas páginas ao que anuncia desde o título: “Irrigação: a reinvenção do verde”. Na apresentação, uma composição imagética traduz a ideia que o título pretende transmitir. Duas fotografias estão posicionadas lado a lado. A primeira enquadrava plantas ressequidas com galhos nus, expressão de uma vida quase ausente, que resiste a duras penas, enquanto a segunda exibe uma plantação irrigada, com a vivacidade das folhas verdes: “uma explosão de vida no verde da paisagem”, escreve o autor no corpo do texto.⁵⁰

Ao se aproximar do fim da apresentação, o autor elenca os objetivos pretendidos com aquela edição, concluindo com este: “testemunhar a nossa esperança, que se solidifica em certeza, de que tempos melhores para o Nordeste e seu povo estão sendo alcançados”. Por fim, a declaração que encerra o texto condensa uma concepção que importa explorarmos: “daí o título desta edição. Com ela, prestamos uma homenagem ao verde, reinventado pelo homem”.⁵¹

⁵⁰ IRRIGAÇÃO: a reinvenção do verde. *Sudene Informa*, vol. 13, n. 1, jan./mar. 1975, p. 03.

⁵¹ *Ibid.*

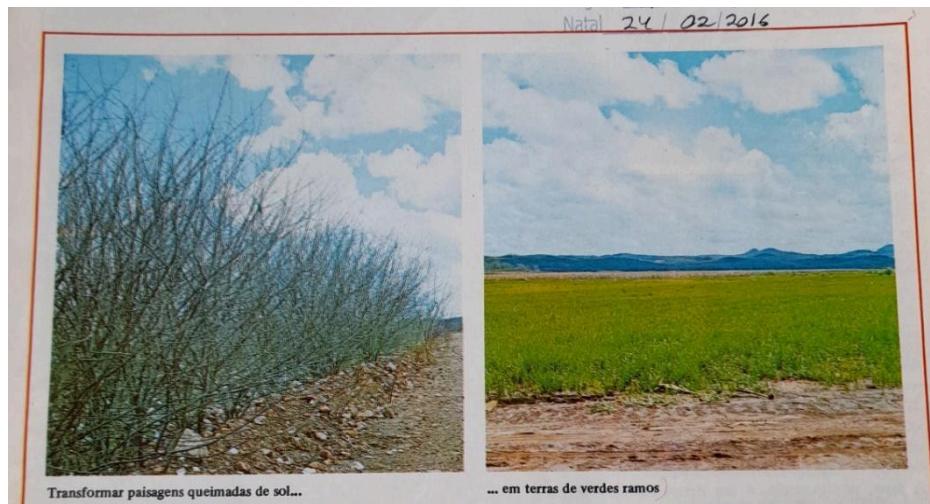


Imagen 1: duas fotografias, uma de plantas ressequidas e outra da plantação verde se estendendo como manto sobre a paisagem.

Fonte: *Sudene Informa*

A mensagem é clara: a paisagem do Nordeste seco pode ser transmutada, por meio da técnica, em terra da promessa, coberta pelo manto do verde vivificador. A estratégia retórica é justamente esta: reforçar o estereótipo dos sertões secos para contrapô-lo à imagem alentadora dos vales em plena mutação, das terras fertilizadas pelos sistemas de irrigação. Sob a lógica desenvolvimentista e tecnocrata, a terra serve aos homens, que escrutinam a natureza, categorizam e constroem ferramentas de intervenção capazes de vencer as barreiras impostas pelas condições geofísicas. Não há aqui preocupação preservacionista com o bioma da caatinga, nenhuma atenção aos danos que as intervenções poderiam produzir em termos ecológicos, mas a reprodução de uma ideologia que dicotomiza homem e natureza, opondo-os em uma batalha ancestral na qual o homem agora pode se erguer triunfante, subtraindo de seu oponente os espólios da vitória: os ganhos econômicos.

“O que mais caracteriza o homem é certamente o poder de inventiva”, declara o texto intitulado “A fonte”.⁵² “Ele acrescenta coisas ao mundo que herda, transforma a vida em seu redor, revela-se, ele mesmo, criatura e criador” –

⁵² *Ibid.* p. 04.

acrescenta. Outro texto apresenta um caso concreto desse “poder de inventiva” do homem, o Projeto São Gonçalo, a ser desenvolvido no município paraibano de Souza. “Quando as determinações técnicas são cumpridas à risca, surgem os casos de sucesso, como ocorreu com o irrigante Antônio Claudino de Souza, 38 anos, que teve um rendimento líquido, no ano passado, de Cr\$ 26 mil”,⁵³ destaca o autor do artigo. A técnica, os agricultores precisam aprendê-la e aplicá-la, sob o risco de não se converterem em “caso de sucesso”. Fracassados, por outro lado, são os que resistem à técnica, quer por apego à tradição, quer pelas próprias limitações de uma educação precária.

Nessa simples declaração que enaltece a produção de um agricultor específico, aquele que cumpre as determinações técnicas, identificamos um preconceito velado contra a produção tradicional, considerada de menor importância, desprovida de conhecimento, incapaz de produzir conforme os parâmetros do progresso. Na matéria sobre o projeto de irrigação Lima Campos, no Ceará, o autor afirma que a irrigação é, acima de tudo, “uma obra social de grande vulto, porque, apesar das vantagens que proporciona à agricultura, seu maior beneficiário é o homem do campo”. E adiante, declara que, no projeto de Lima Campos, “vivem dezenas de pessoas que antes habitavam casas de taipa, em terras inóspitas, e trabalhavam desordenadamente para ganhar quase nada”⁵⁴. Novamente identificamos a estratégia discursiva que opõe a condição do atraso à da modernidade, que institui um corte entre o antes e o depois da presença do Estado, o qual, de maneira benevolente, moderniza os sertões ermos, de terras inóspitas, onde vivem trabalhadores desordenados.

Compondo a imagem dos sertões antes secos, mas agora verdes, ao lado da dizibilidade dos elementos linguísticos, há ainda uma visibilidade nas fotografias que compartilham com as letras de forma o espaço e a diagramação

⁵³ *Ibid.* p. 12.

⁵⁴ *Ibid.* p. 14.

das páginas, a fim de, no conjunto, corroborar uma dada imaginação geográfica.

A matéria sobre o projeto São Gonçalo o ilustra bem:



Imagen 2: página da *Sudene Informa* tratando do Projeto São Gonçalo/PB

Fonte: *Sudene Informa*

Nessa página, as imagens escolhidas pelo editor transmitem a ideia de que a agricultura vinha ganhando escala na produção. Um homem caminha entre o bananal, carregando um cacho cheio em uma das mãos. Ao seu lado, um veio de água testemunha que aquele sertão não é mais seco, impressão reforçada pela última fotografia, que mostra uma barragem cheia, circundada pela vegetação verdejante. Entre uma e outra imagens, um trator testifica a presença da máquina facilitando e acelerando o corte da terra.

A questão rítmica é evidente nessas narrativas. A escala de produção é ampliada porque a aceleração o permite. Não há intervalos na produção que sejam determinados pelos ciclos da natureza, pois a água está sempre disponível,

permitindo uma atividade constante. As máquinas que auxiliam na produção possuem a força de muitos homens e não se cansam. O sertanejo que, como vimos acima, é apresentado como “desordenado”, recebe tal designação preconceituosa justamente porque caminha no descompasso do ritmo das técnicas modernas: é o homem lento, desprezado pela lógica de produção capitalista (Vidal, 2018).

Assim como a *Sudene Informa*, a *Revista Interior* também empregou estratégias discursivas semelhantes, porém com nuances diferentes. Na edição de setembro/outubro de 1978, o título é: “Irrigação, solução permanente”. No final dos anos 1970, o Dnocs já havia implantado alguns Perímetros Irrigados, o que permitia que os interessados no tema examinassem as experiências e emitissem suas opiniões – que, aliás, não eram de todo favoráveis. A apresentação da revista afirma: “avolumam-se críticas aos empreendimentos de irrigação”.⁵⁵ Esta edição, especificamente, dedica-se a apresentar evidências dos bons frutos dos projetos, em resposta à desaprovação de que eram objeto.

No primeiro texto, “Irrigando, dá”, o autor faz um histórico etapista da irrigação no Brasil, para concluir que os últimos dez anos foram os de maior investimento, destacando os marcos recentes das políticas de irrigação: o Programa de Irrigação do Nordeste (1969); o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); o Programa de Integração Nacional, criado em 1970, que reservava um orçamento significativo para a implantação da primeira fase do Programa de Irrigação do Nordeste; o II Programa Nacional de Desenvolvimento, que continha um Programa de Irrigação do Nordeste Semiárido. Enfatizava, portanto, os esforços empreendidos pelos governos dos militares para a modernização da agricultura nordestina, especialmente nas áreas que os estudos indicavam apresentar as melhores condições de aproveitamento: os vales úmidos.

⁵⁵ IRRIGAÇÃO: solução permanente. *Revista Interior*. Ano IV – n. 26, set./out. 1978, p. 03.

A certa altura do texto, o autor apresenta os aspectos positivos e negativos da irrigação. Estes se reduziriam ao custo, que, dada a escala de produção que a irrigação possibilita, seriam facilmente compensados. Quanto aos aspectos positivos, o parágrafo se estende na exposição de muitos itens: aumenta o rendimento das colheitas; possibilita ao trabalhador obter mais de uma safra anual; constitui meio eficaz de combate às ervas daninhas; facilita a distribuição de adubos solúveis e se constitui em medida eficiente de dessalinização do solo.

As propostas de irrigação, levadas a termo durante esse período, estão alinhadas a uma tendência global de industrialização do campo, naquilo que ficou conhecido como *Revolução Verde*, “principal veículo para a transformação da agricultura do Terceiro Mundo por parte dos capitais agroindustriais multinacionais”.⁵⁶ Com efeito, as vantagens apresentadas no texto da *Interior* são uma tradução das pretensões desse movimento, que promovia inovações tecnológicas no campo a fim de ampliar os índices de produtividade.

Os vales selecionados pelo programa de irrigação do Nordeste foram o Vale do Gurgeia e Baixo Parnaíba, no Piauí; Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, no Ceará; Vale do Apodi e Vale do Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte; Vale do Itapicuru e Vale do Rio das Contas-Brumado, na Bahia. A revista apresenta os projetos desenvolvidos pelo Dnocs em cada um desses vales, e dedica alguns tópicos a outra unidade geográfica que, pela sua extensão, era objeto de programas específicos: o Vale do São Francisco, área de atuação da Codevasf. O primeiro tópico dedicado ao São Francisco o apresenta como o “vale da promissão”, uma referência bíblica que remete à ideia de redenção, de uma terra de liberdade e fartura, que, na imagem do texto sagrado de judeus e cristãos, mana leite e mel.

⁵⁶ GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. A apropriação industrial do processo de produção rural. In: _____. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. cap.1, p. 6-49. A citação é da página 30.



Imagen 3: página da *Revista Interior* que trata da irrigação no Brasil.
Fonte: *Revista Interior*.

As imagens de fecundidade, de modo semelhante à *Sudene Informa*, compõem as páginas da *Interior*, apontando, por meio da fotografia, para uma pretensa veracidade, uma realidade objetiva com significados autoevidentes. O verbal e o não verbal, entretanto, não reproduzem a objetividade do real, mas constituem uma semiose, produzem sentidos que fortalecem a interpretação de uma espacialidade em mutação, de uma terra convertendo-se em “terra da promessa”. As fotografias na Imagem 3 são de projetos distintos, comunicando ao público leitor que os investimentos não se restringiam a um ou outro projeto

isolado, mas a um conjunto de intervenções articuladas com potencial para cumprir a redenção anunciada.

Poderíamos explorar outras partes dessa edição da *Revista Interior*, ou mesmo considerar outras peças jornalísticas e publicitárias que abordaram os vales úmidos do Nordeste, apontando-os como ilhas de desenvolvimento em meio a uma geografia calcinante, dominada pelo atraso e marcada pelo vazio demográfico. As considerações acima, entretanto, são suficientes para o objetivo deste artigo de oferecer um panorama da construção espacial simbólica que apresenta, de um lado, um sertão estereotipado, e, de outro, um ponto de esperança a brotar como promessa das várzeas do Parnaíba (PI), do Acaraú e do Jaguaribe (CE), do Apodi e do Piranhas-Açu (RN), do Itapicuru e do Rio das Contas-Brumado (BA), do São Francisco. No plano de desenvolvimento regional dos militares, os vales úmidos constituíram áreas estratégicas de atuação e de propaganda.

CONCLUSÃO

As revistas *Interior* e *Sudene Informa* testemunham a reprodução de uma imagem dos sertões nordestinos que mobiliza os estereótipos consagrados da seca, do atraso, da demografia rarefeita, que se contrapõe à produção de outra imagem espacial, idealizada, referente aos Perímetros Públicos Irrigados. Assim, a promessa de modernização do semiárido, com as representações de uma terra fecunda, legitimava intervenções de grande porte nos vales úmidos do Nordeste, consagrando o Estado como agente do desenvolvimento. Nessa dinâmica, os Perímetros Irrigados se constituíam em símbolo da emergência de um “Novo Nordeste”.

A visão idealizada dos Perímetros Irrigados, entretanto, ignorava as contradições e limitações das políticas desenvolvimentistas. Por exemplo,

enquanto exaltavam o progresso e o sucesso dos irrigantes adaptados às novas técnicas, as publicações desprezavam os saberes tradicionais e a diversidade social das comunidades ribeirinhas dos vales úmidos. O discurso que reforçava o estereótipo de atraso associado ao sertanejo também ocultava o autoritarismo subjacente a um processo modernizador que, não raras vezes, se impunha de maneira conflitiva, à revelia dos interesses dos sujeitos atingidos, desrespeitando sua relação com o território.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011, 5. ed.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2001, v. 15 (43), p. 157-172. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>. Acesso em 25 out. 2024.
- FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. (Org.). *Contra as Secas: Técnica, Natureza e Território*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GUERRA, Felipe; GUERRA, Theophilo. *Seccas contra a secca*. Natal, RN: EDUFRN, 2018.
- IORIO, G. S. Imagens e Imaginário do Sertão no Brasil sob Regime Militar: a revista INTERIOR (1974-1989). *Scripta Nova*, Barcelona, v. XVI, edição especial, 2012.
- MOLLE, François. *Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*. Coleção Mossoroense, série C, vol. DCLIII, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(l)igio*ão: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boi Tempo, 2008.

VIDAL, Laurent. O tempo encantado ou as astúcias dos homens lentos – Um “hipócrita” diálogo com Michel de Certeau. *Rev. antropol.* (São Paulo, Online), v. 61 n. 2, p. 40-54, USP, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/148934/146994>. Acesso em 31 out. 2024.